

O que não posso deixar pra trás: um curta-metragem para refletir sobre pesquisa, território e designantropologia

Gabriela Corrêa Frossard^(*)

Edson José Carpintero Rezende^(**)

Resumen: Este artículo presenta el cortometraje “O que não posso deixar pra trás” (“Lo que no puedo dejar atrás”), resultado de la fase exploratoria de una investigación-acción en diseño realizada en la Ocupación Rosa Leão, en Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. La investigación fue conducida con las personas del territorio, buscando saberes que desafían la lógica colonial, y se fundamenta en un marco teórico basado en tres ejes: la conceptualización de espacio, lugar y territorio; un panorama de las ciudades brasileñas; y la diseñoantropología. El análisis del cortometraje reveló la movilidad social facilitada por la vivienda en la ocupación y la conexión afectiva con el territorio, además de identificar soluciones proyectuales creadas por los propios habitantes. El proceso destacó desafíos metodológicos y reflexiones para orientar tanto el pensar como el hacer en diseño. El estudio contribuye al área al validar metodologías flexibles y los saberes populares.

Palabras clave: diseñoantropología; territorio; ocupaciones urbanas; cortometraje.

[Resúmenes en inglés y portugués en la página 142]

^(*) Mineira, nascida em Santos Dumont, em 1995. Hoje é doutoranda em Design (2023 - atual) pela UEMG, bolsista CAPES (2024-). Mestra em Design (2017- 2019) e graduada em Design de Ambientes (2013-2016) pela Escola de Design da UEMG. Foi Professora Substituta no IFMG Campus Congonhas (02/2022 - 02/2024), onde lecionou para cursos de nível Técnico, Graduação e Pós-graduação. Desenvolve pesquisas relacionadas ao design social, design participativo, design e territórios e design e gênero.

^(**) Possui graduação em Odontologia pela UFMG (1990), licenciatura em Ciências pela PUC-MG (1986), pós-graduação “Latu sensu” em Microbiologia pela PUC-MG (1988), pós-graduação “Latu sensu” em Odontologia Legal pela Associação Brasileira de Odontologia (2003), mestrado em Saúde Coletiva pela UEFS (2006), doutorado em Ciências da Saúde pela Faculdade de Medicina da UFMG (2011) e Pós-doutorado em Lazer pela Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG (2019). Atualmente é professor efetivo e pesquisador nos cursos de graduação e pós-graduação Lato Sensu e Stricto Sensu na Escola de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais. É líder do grupo de pesquisa “Design em interface com a saúde” e professor pesquisador do grupo extensionista e de pesquisa em Design Social, ambos cadastrados no CNPq.

Começo, meio e começo: uma introdução

Ingold (2017) propõe que assim como nas escolas e universidades, as pesquisas sejam feitas *com* as pessoas e não *sobre* elas, já que a possibilidade de crescer, aprender, adquirir maturidade e aumentar sabedorias não é uma habilidade restrita a uma elite intelectual, mas uma condição de todos os seres que compõem o planeta. Experimentar e conduzir estudos fora da lógica colonial e desenvolvimentista ainda é um desafio, afinal foram anos de uma educação formal pautada no positivismo e calcadas em um capitalismo neoliberal, no caso dos países latino americanos, às margens dos centros formais de poder (Rivera-Cusicanqui, 2010). É a partir desse desafio que inicia-se uma busca coletiva, que é parcialmente registrada aqui, a fim de realizar uma pesquisa de design que reflita com as pessoas questões de seu território.

Começo, meio e começo é uma expressão emprestada de Bispo (2023). Essas palavras dizem sobre um processo que se inicia muitas vezes, se desenvolvem e voltam ao início, guiado por uma visão de tempo não-linear, que acontece em espiral. Essa espiral reflete a história da pesquisadora-autora com a Ocupação Rosa Leão, em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. O contato foi iniciado em 2016. Assim, esse estudo é resultado de nove anos de convivência, trocas e percepções (Frossard; Rezende, 2025). Entre marcos acadêmicos, como a conclusão de uma graduação e o início de um doutorado, há outros marcos de tempo: as conquistas de urbanização do território, um país atravessado por quatro gestões presidenciais e os marcos da vida das pessoas que vivem, habitam e co-pesquisam neste trabalho.

Buscou-se registrar neste artigo um panorama geral do que constrói essa pesquisa-ação, com enfoque no curta-metragem *O que não posso deixar pra trás* (Frossard, 2024). O curta é um dos resultados da fase exploratória da pesquisa e foi inspirado por documentários brasileiros e referências de designantropologia. Para o referencial teórico, foi feito esforço por uma busca crítica e decolonial. Para tal, foi integrado ao corpo do texto (e repertório da pesquisadora) autores que são também lideranças comunitárias, pessoas indígenas, mulheres negras, além de uma busca por músicas, literatura e produção audiovisual. O objetivo é apresentar e discutir sobre uma pesquisa em design social realizada junto a um território que é pautada em diferentes formas de fazer, caminhos de desenvolver e saberes para o design.

Binóculos do design: atravessar outros conceitos

Um binóculo é um equipamento que permite olhar com os dois olhos objetos distantes e torná-los mais próximos e detalhados, a partir da ampliação óptica que acontece dentro dos pequenos telescópios refratores que existem em seu interior. O design de ambientes ocupa esse lugar metafórico na pesquisa. É a formação da graduação que iniciou a construção desse olhar para o qual se direciona as ampliações e que permite aprofundamentos e análise de detalhes do que está sendo visto. O território da ocupação Rosa Leão é também ambiente, formado de muitos outros ambientes íntimos, coletivos, privados, esquecidos e preferidos. E como outras periferias urbanas brasileiras, é cenário de incertezas, contudo guarda espaços de resistência, cultura e inovação social (Vichy, 2025).

Antes do voo é preciso pegar impulso. Assim, antes de apresentar conceitos e ideias que atravessam a especulação, novas abordagens epistêmicas e ideação de futuros, é preciso revisitar conceitos que tradicionalmente sustentam a temática dessa discussão. De modo geral, esse tópico é construído a partir da produção de base das áreas da geografia, antropologia e arquitetura. O design ainda é tímido nessa colaboração, entretanto houve um esforço de ligá-lo aqui. Então, como passo inicial para compreensão da relação das pessoas com a ocupação Rosa Leão, é preciso retomar brevemente as definições de espaço, lugar, não-lugar, território, cidade e direito à cidade.

Espaço pode ser definido como o local onde as coisas se situam (Bourdieu, 2013), pode ser entendido ainda como o volume, a dimensão ou a superfície que algo ocupa (Virilio, 1993). Santos (1977) defende que não há sociedade fora do espaço, sendo assim o espaço é essencialmente social, e a história e o tempo acontecem dentro dele. Já Bourdieu (2013) apresenta o conceito de espaço físico e espaço social como definições distintas, o primeiro entendido como a exterioridade das partes, o que fica de fora das pessoas e relações, já o segundo, espaço social, é aquele que reproduz um arranjo entre agentes e propriedades, abarcando a compreensão de tempo, relações e outras dinâmicas sociais. Para Barrios (2014), o espaço cumpre a função de objeto - por meio dos recursos naturais e materialidades - e, também, a de ação social - por meio das atividades e infraestrutura. Lugar e espaço podem ser diferenciados por meio de uma comparação, a partir da relação simbólica estabelecida pela interação das pessoas. Compreende-se então espaço como o lugar neutro, já lugar é onde existem vivências e sentimentos, onde são atribuídos significados (Cavalcante; Nóbrega, 2011). O lugar é inerente ao ser humano, já que desde o nascimento são estabelecidas relações entre pessoas, além de marcadores sociais de espaço, como a casa, bairro, cidade, comunidade, etc. O lugar é estruturado na relação que existe entre o “eu” com o “outro”, nas tramas advindas dessas vivências, e no real e subjetivo. O lugar é, por consequência, determinante na forma como o homem enxerga seu entorno e o mundo. Santos diz que “[...] hoje, certamente mais importante que a consciência do lugar é a consciência do mundo, obtida através do lugar” (Santos, 2005, p. 161).

Augé (2012) apresenta uma oposição ao conceito de lugar, o não-lugar, aquele espaço com o qual não se estabelecem vínculos durante a ocupação. Entretanto, ambos os conceitos - lugar e não-lugar - não se estabelecem plenamente à medida que algo nunca é totalmente destituído de significado, nem plena e invariavelmente significativo. O autor defende ainda que a supermodernidade e as relações de consumo são decisivas na construção intencional de não lugares, já que os indivíduos enquanto consumidores exercem uma experiência supérflua e transitória com muitos locais das cidades. Segundo Cordova (2001), os não-lugares seriam, portanto, um contraponto dos lugares habitados pelas pessoas.

Alguns estudos contemporâneos apresentam novas camadas para o conceito de não-lugar à medida que a sociedade vivencia o capitalismo tardio e, com isso, a própria ideia de moradia e habitação - como contraponto do não-lugar - é apropriada pela lógica de construção neoliberal. Diesel e Damião (2013) elucidam o afastamento de um entendimento de lar e uma aproximação de um morar ligado ao funcionalismo, onde o mercado apresenta apartamentos, kitnets ou empreendimentos mobiliados de forma padronizada para atender aos consumidores de moradias. Jurgielewicz e Portinari (2024) apresentam ainda uma leitura, a partir do design, de que a cidade e o ritmo desenfreado de

construções, além das publicidades gráficas, atribuem um caráter efêmero e de não-lugar para a própria paisagem urbana.

Território é o espaço definido e delimitado onde há relações de poder, podendo ainda ser posse ou propriedade de alguém (Silva, 2022). O território, para além da dimensão tangível, possui atribuições simbólicas que o determinam. Trata-se da condição de poder pertencer e poder demarcar. Neto e Malanski (2016) afirmam que território é um conceito adaptável, pode ser entendido como o corpo, a casa, um grupo social ou uma comunidade. Frossard e Pessoa (2018) lembram que o território é fator determinante da construção da cidadania e da identidade das pessoas.

Há comumente associado ao território o conceito geométrico, de fronteiras e marcos, entretanto ao lançar um olhar político e social, e considerar a identidade e a relação, muitas vezes, é necessário flexibilizar ou adaptar essa geometria. Além disso, é preciso incorporar ao olhar antropológico a história e o tempo (Augé, 2012). É preciso ainda pensar que o território é sempre marcado por temporalidade, ou seja, é situado no tempo, na história e no próprio conceito de território mais usual daquele momento (Barros, 2017).

Os espaços, lugares, não-lugares e territórios existem nas cidades. Rolnik (1988) define cidades como ímãs, em alusão ao campo magnético que reúne e concentra - neste caso - seres humanos, além disso, se configura ainda como o local de moradia, trabalho e política ao longo dos séculos. De acordo com Rémy e Voyé (1994), a definição de cidade é ambígua à medida que une um conceito descritivo, da realidade material, a um interpretativo, das funções sociais. Considerando o contexto contemporâneo, pode-se dizer que as cidades e a população brasileira foram definidas e modificadas nas últimas décadas, principalmente, pela globalização, acesso à energia elétrica, democratização do acesso à internet e, mais recentemente, pela pandemia de Covid-19 (Cristóvam; Saikali; Souza, 2020).

Segundo Wagner (2022) há um ambiente de crises econômicas, políticas, sociais e culturais na sociedade. A autora aponta que para a superação e vislumbre de novas possibilidades é preciso pensar novos cenários para viver nas cidades, criar estratégias de sustentabilidade e romper com o idealismo de uma cidade ideal, para dar lugar à cidade real. Apesar dos vislumbres de mudança, Lefebvre (2021) e Harvey (2014) lembram que não são todas as pessoas que têm direito à cidade, ou seja, nem todos têm a possibilidade de pertencer e modificar a realidade do lugar que se vive. Dessa maneira, a existência individual e coletiva está intimamente conectada e subjugada ao capital e seus impactos.

O conceito de direito à cidade se conecta ao de moradia, à medida que se compreende que habitar é um fenômeno que envolve as dimensões individual, pública, econômica e social. A habitação dá suporte a realização das necessidades básicas, mas, também, tem o papel de promover o reconhecimento do indivíduo como parte integrante de um sistema (Frossard; Pessoa, 2018). Para Carlos (2020), a maneira como o indivíduo habita a cidade define as relações sociais, a forma de produção, sua interpretação da cidade, ou seja, seu modo de vida. Da perspectiva do indivíduo, sua apropriação para com o território em que vive visa assegurar não só alimentação, proteção e familiaridade, mas também os afetos, seu desenvolvimento cognitivo e sua interação com o mundo (Cavalcante; Elias, 2011).

Raça, terra e gênero: um panorama das cidades brasileiras

A colonização do Brasil e da América Latina por países europeus ligou intimamente o sistema capitalista à raça, terra, gênero e trabalho (Bento, 2022). O Brasil possui hoje uma das maiores concentrações de terra do mundo e esses latifúndios e a monocultura fazem parte do passado e também do presente da constituição da história do país. Ribeiro (2019) afirma que ao longo da história do país os incentivos foram seletivos por parte do Estado. Após a Lei Áurea¹, imigrantes europeus receberam terras enquanto a negritude foi deixada à margem. Essa decisão faz parte de um longo projeto de criminalização da pobreza que se estende até agora e reverbera na organização das cidades e das políticas públicas.

Em um mundo de diferenças, a incerteza faz parte das vidas de milhares de pessoas que vivem e sobrevivem no Sul global e enfrentam pobreza, violência, ameaças à dignidade e fortes impactos ambientais. O planejamento de futuro, nesses contextos, “é um marcador de privilégio” (Fry, 2017, p.9). A colonização, apesar de seus 500 anos, ainda atravessa o cotidiano de milhares de pessoas de forma violenta e marca a existência de muitos dos problemas e crises contemporâneas de vários povos.

É possível perceber que em cidades médias e também em alguns grandes centros, a periferia e o centro da cidade não constituem uma relação dicotômica no que diz respeito à distribuição de serviços e bens públicos. Entretanto, é na quantidade e qualidade de investimentos na infraestrutura que se dá a desigualdade. Acrescido ainda do constrangimento, dificuldade de deslocamento e violência de gênero aos quais as mulheres estão submetidas. Apesar do conceito de gênero ultrapassar o corpo, para as mulheres é por meio desse corpo - e da reprodução, feminilidade e submissão frente às estruturas do patriarcado - que se dá a experiência da cidade (Rovere; Tirelli, 2021).

São as pessoas ricas, com poder de acesso aos territórios que lhe convém - mais baratos ou caros - que, em primeiro lugar, definem os locais de ocupação, o que causa a segregação voluntária ou autosegregação (Villaça, 2012; Corrêa, 2013). Essa escolha impacta diretamente nos preços e também em uma demarcação simbólica do uso social dessas áreas. Como consequência, nas classes empobrecidas, acontece uma segregação involuntária ou induzida (Rovere; Tirelli, 2021). Além da moradia, a concentração dos bairros mais caros está diretamente relacionada aos empregos do setor terciário, de serviços, ocupado majoritariamente por pessoas mais ricas: marketing, propaganda, informática, bancos e consultórios ilustram algumas das profissões.

Os espaços mais pobres da cidade possuem condições diferentes entre si. A falta de acesso ao dinheiro é apenas um dos fatores que impactam a condição de vida e segregação dos territórios. Há ainda a exposição à violência, a possibilidade de socialização com outros grupos sociais (ou falta dessa possibilidade), o desemprego e o acesso aos serviços públicos. Os fatores citados possuem uma íntima conexão com melhores condições de vida ou ainda a chance de haver mobilidade social das pessoas, à medida que estabelecem em grau maior ou menor um afastamento da condição de vulnerabilidade social. Ao considerar a questão de gênero é preciso ainda crescer constrangimentos específicos aos quais mulheres são submetidas: dupla jornada de trabalho, assédio sexual, movimento poligonal (*Figura 1*) e, por vezes, falta de autonomia representada pela configuração das relações familiares, de mobilidade ou da própria renda (Corrêa, 2013).

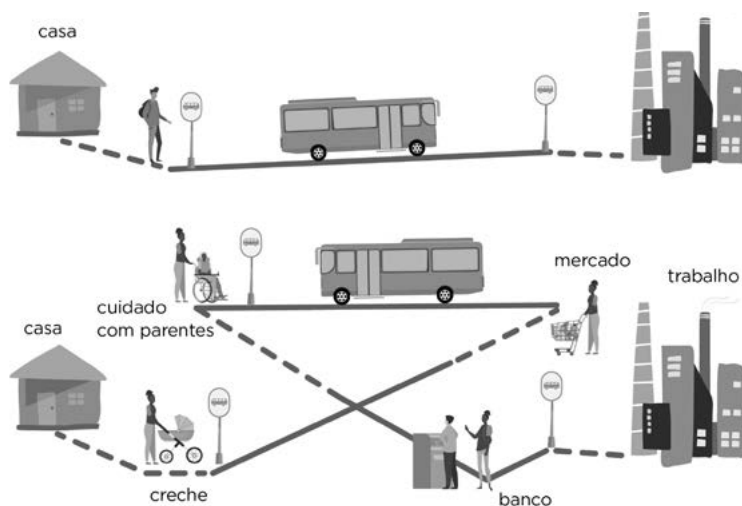


Figura 1. Mobilidade e gênero: movimento poligonal e pendular

Fonte: ITDP Brasil, 2021

Ferreira e Felício (2021) afirmam que o Estado não é um meio para superação do racismo, patriarcado e capitalismo, já que a concepção do Estado brasileiro é o escravismo. Apesar de governos progressistas terem avançado em pautas como a educação superior, os “avanços” estão condicionados aos interesses dos bancários e latifundiários, tidos como os verdadeiros aliados na política neoliberal ao qual está submetida o país. É dado e incentivado o empoderamento simbólico, mas não é dada terra, pois dar terra é dar poder. Para Corrêa (2013), programas sociais de habitação podem se apresentar como determinantes na segregação de mulheres na cidade, isso porque leva - sobretudo mulheres - a habitar áreas periféricas da cidade, as distanciando de locais de origem ou vizinhanças já consolidadas anteriormente. As escolas e creches em sua configuração de horário e localização são determinantes para organização da rotina e da mobilidade da mulher, e assim, representar a possibilidade ou não de um trabalho formal, por exemplo. A distribuição e uso do espaço urbano não é justa, nem igualitária. A cidade é tomada por uma série de desigualdades que compõem o “visual urbano” para uns e um modo de vida para outros. Apesar de geograficamente muito próxima de diversas dessas áreas, alguns cursos e universidades tendem a um afastamento e uma invisibilização das questões sociais, o design é um exemplo disso. É resguardado ao *design social* o olhar para o que não é de interesse do mercado, o que exime a responsabilidade do design – como um todo – de assumir uma postura ética e responsável diante das questões sociais e políticas. Aqui, assume-se o design social como área de estudo e posicionamento, entretanto é válido pontuar essa reflexão.

Transdisciplinaridade: design, antropologia e gênero

A ideia do design conectado à Antropologia não é nova, pois remonta aos anos 1970, marcados principalmente pelo antropólogo norte-americano Gordon Hewes (1917-1997) e pelo designer e educador austríaco Victor Papanek (1923-1998). Hewes era um antropólogo que em seus estudos de ergonomia percebeu aspectos culturais e antropológicos das posições do corpo humano, chamando atenção dos designers para tais aspectos. Logo a pesquisa estendeu-se além da ergonomia e permeou outros campos, assim a antropologia apresentou ao design um novo modo de interpretar a realidade social. Papanek, por sua vez, publicou em 1971 *“design for the real world”*. Em seu livro, entre outras temáticas, identifica que a antropologia pode ser aliada do design na busca por uma atuação profissional que seja responsável moral e socialmente (Anastassakis; Noronha, 2018).

Morales (2020) afirma que a Antropologia e a Etnografia se aproximaram do processo de design, por meio de várias técnicas para entender os usuários. Com o aumento da complexidade a visão precisou ficar mais elaborada e os resultados viraram sistemas. Foi preciso integrar a capacidade de interpretar sinais e símbolos - a chamada abdução - ao processo do designer. Atualmente a área está frente a novos paradigmas: (1) a integração de seres não-humanos ao centro do processo de projeto; (2) a necessidade de buscar métodos e caminhos fora do eixo colonial e (3) o desafio de humanizar cada vez mais a atividade do designer.

Noronha (2024) propõe o uso do termo designantropologia, adotado também ao longo deste trabalho, como uma proposta de um design e de uma antropologia que se relacionam sem hierarquia, em que ambas as áreas estão entrelaçadas e potencializadas. O designantropologia é a proposta de uma nova lógica de desnaturalização de práticas coloniais, como a definição do que é “problema” vinda apenas do designer, do olhar de fora para o outro e aponta ainda em outras direções possíveis. Anastassakis e Noronha (2018) destacam cinco delas: (1) perceber o design a partir do sul global; (2) abordar a esperança como método e não apenas como objeto de análise; (3) o protótipo na relação entre seres e ambiente vivido; (4) construção de cartografias e processos de imaginar futuros; (5) escrita poética ocupando o lugar entre a academia e o subjetivo.

Latour (2020) afirma que desde os anos 1980 há um movimento da elite mundial que direciona seus esforços não mais rumo à modernização do planeta, mas à busca por outro mundo. E aos outros - modernos, dominados e “globalizados” - fica herdado um planeta com modos de vida insustentáveis. A visão planetária, que vê de cima, precisa ser substituída pela visão terrestre, que enxerga de perto. A globalização, que hegemoniza, precisa ser substituída pela mundificação, que acomoda a multiplicidade de seres. Latour (2020) defende o vínculo - e não a apropriação - a um solo ou um território, como ponto de partida projetual. Ressalta-se que é provável que o território, compreendido a partir do olhar humano, rompa com unidades espaciais, jurídicas ou administrativas e atravesse escalas de tempo e espaço.

Para tal, a observação participante é uma das maiores aliadas da pesquisa e não visa coletar dados, mas se relacionar com as pessoas. Ingold (2017) defende que a antropologia é: (1) generosa, ao se atentar e responder às pessoas, (2) aberta, para buscar caminhos e outras

possibilidades na pesquisa, assim como é a vida, (3) comparativa, pois é consciente de que parte sempre de um modo de vida para olhar outro, e (4) crítica, para buscar outras formas de ser e estar no mundo. Mais do que relação, Ingold (2016) propõe a ideia de correspondência. Correspondência é o conjunto de movimentos feitos ao interagir com as pessoas que estão vivendo suas vidas. Isso significa não só respondê-las e observá-las, mas dispor de tempo e atendê-las. Nessa dinâmica não se entendem as pessoas como sujeitos ou objetos, mas como humanos-verbo que estão *humanando*, existindo num emaranhado de relações, subjetividades e conexões inerentes ao estar vivo no mundo.

Em conformidade a essas ideias, Fry (2017) elabora seis fundamentos que constituem sua perspectiva do que é necessário saber para uma prática de design do/para o sul global. São eles: (1) os povos do Sul são diversos, interna e externamente; (2) não há sujeito coletivo ou “humanidade” absoluta, como proposto pelo norte; (3) o colonialismo e a modernidade social, cultural e ambiental transformou o lar dos povos do Sul em ruínas e ainda se habita nessas ruínas; (4) a vida na terra coexiste com o *defuturing*, ou ‘desfuturamento’, fruto das condições insustentáveis para a perpetuação saudável das espécies no planeta; (5) há uma complexidade real e meios pelos quais se busca compreender essa complexidade; (6) o futuro é parcialmente desconhecido, muito dele se encontra no agora.

Rivera Cusicanqui (2010) afirma que o Estado hoje é aliado à agenda neoliberal e pauta seus projetos de cidade, trabalho e combate à violência na ideia massificada de nação e colabora assim com novas formas de colonização, ignorando especificidades locais e atribuindo aos que “fogem a regra” a condição de excluídos, minorias. As hierarquias no mundo globalizado são construídas a partir da ideia de exclusão: há nós e “subnós”. Há muitos corpos dissidentes no antropoceno, isso porque o “centro no homem” pressupõe uma falsa hegemonia nas relações, deixando muito - se não, quase todos - de fora, pois o topo da pirâmide já está tomado pelo vencedor.

No design, ao adicionar a perspectiva de gênero, há uma história paralela à tradicional. Mulher é um significado em disputa, não há hoje uma falta de informação da produção de mulheres, mas uma invisibilidade intencional do passado e do presente. Na história do design se construiu um mito de “identidade única” em que costuma se falar sobre trajetórias individuais, sem as contextualizar em suas complexidades (Flesler; Durán; Gugliottella, 2018). Mesmo dentro do gênero é preciso um olhar crítico, afinal a mulher designa geralmente a mulher branca, enquanto a mulher negra não está inserida na categoria mulher, sendo recorrentemente referenciada como mulher negra. Hooks (2017) diz da importância de racializar os debates, pois há abismos entre as vivências e percepção das relações que não deve ser ignorado. Entretanto, defende que as construções de conhecimento teórico e prático devem ser coletivas, de todas as mulheres, para que por meio de diferentes perspectivas seja possível criar estratégias e apontar direções para um feminismo do futuro.

É importante lembrar que apesar do mito do homem “sujeito único” as masculinidades são plurais e diversas, o patriarcado é um sistema que também condiciona e oprime os homens em seus processos individuais e coletivos de existência (Flesler, 2021). Aliado a uma perspectiva decolonial, é preciso lembrar ainda que há uma crítica aos binarismos e universalidades. A prática do design deve ser participativa e relacional para romper com as relações de dominação intersubjetivas de saberes que se estabelecem nos territórios

(Farias; Dantas; Noronha, 2020). Para construção de novos paradigmas é preciso um entendimento do outro em suas políticas e existência para delimitar os limites da ação de design. Ao mesmo tempo, é desejável que as pesquisas integrem no processo um esforço de estudar e se aprofundar na busca por uma bibliografia outra. No design escritos femininos e latino-americanos, ainda que não intencionalmente contemplem de alguma forma a perspectiva de gênero.

A ciência é fortemente influenciada pela política e o protagonismo feminino (e de tantos outros grupos) é recorrentemente apagado de teses e dissertações. E “fora dos muros da escola” as mulheres em seus territórios estão sujeitas a questões de diferentes ordens: do seu próprio corpo, da casa, da família, do lugar onde vivem, da sociedade, das instituições, das políticas, da natureza. A dinâmica imposta é socialmente percebida pela tentativa de silenciamento, opressão e invisibilização dos modos de vida diversos, além de constituir políticas públicas de genocídio e necropolítica no país (Noronha, 2024). Rivera Cusicanqui (2012) aponta que as hierarquias acadêmicas costumam ser opressoras com os territórios. Na busca por um processo criativo baseado na aliança entre pessoas e outras formas de saber, o designantropologia oferece novos parâmetros e outros tempos para o processo de design.

O que não posso deixar pra trás: curta-metragem como suporte para discussões em design

“O que não posso deixar pra trás” (Frossard, 2024) é um curta-metragem produzido em novembro de 2024 durante a disciplina Design e diversidade: inclusão, cultura, sociedade e outros temas contemporâneos, realizada pelas professoras doutoras Marcelina das Graças de Almeida e Vitória Régia Izaú na Escola de Design, UEMG. A proposta era um registro audiovisual de aproximadamente dez minutos que desse conta dos paralelos entre a pesquisa realizada individualmente e os temas discutidos na disciplina, como gênero, racismo, memória, território, entre outros. A pesquisa da autora e pesquisadora se dá junto aos moradores da Ocupação Rosa Leão, em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Por isso, o primeiro passo foi definir qual o território seria o foco do curta-metragem.

Ocupação Rosa Leão

As ocupações urbanas, diferente das vilas e favelas, acontecem a partir de um movimento social organizado de apropriação (ou reapropriação) de espaços que não cumprem sua função social e podem assim ser entendidos como espaços públicos. Geralmente a ocupação urbana é motivada pelo desejo de acesso à moradia, trabalho e outras necessidades básicas de subsistência nas cidades. A ocupação Rosa Leão é uma dessas áreas, iniciada em 2013, faz parte da região conhecida como Izidora, composta por quatro ocupações: Rosa Leão, Vitória, Esperança e Helena Greco, na área norte da capital mineira.

As quatro ocupações ocupam cerca de 1,5km² e estão localizadas numa área conhecida como Granja Werneck (*Figura 2*), palco do maior conflito fundiário da América Latina, entre os sete casos mais relevantes do mundo, segundo a Conferência Habitat III, realizada em Quito, Equador, em 2016. Por sua dimensão e impacto social, entre 2019 e 2023 o Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) juntamente com o Programa de Proteção Ambiental e Melhorias Urbanas da Região Izidora (PRO-Izidora) realizaram um Plano de Urbanização Sustentável das ocupações com medidas a curto, médio e longo prazo. É válido salientar que algumas dessas medidas estão em execução durante a realização deste estudo.



Figura 2. Marcação da Ocupação Rosa Leão em Belo Horizonte

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025

A ocupação Rosa Leão possui aproximadamente sete mil moradores. A liderança do movimento social é majoritariamente composta por mulheres ao longo dos últimos onze anos, reflexo de um território ocupado por muitas figuras femininas de destaque na composição familiar e, também, social e politicamente (Frossard; Rezende, 2025). A área da ocupação é pertencente às cidades de Belo Horizonte, Minas Gerais, e Santa Luzia, Minas Gerais, e fica entre os bairros Zilah Spósito e Jaqueline.

Processo, ideação e percurso do curta-metragem

Naquele momento, a pesquisadora optou por direcionar o olhar de designer para a ocupação Rosa Leão, baseada nas leituras de designantropologia propostas por Anastassakis e Noronha (2018), Latour (2020) e Ingold (2017). Foi inspirada no formato e proposta de diálogo de documentários brasileiros como Edifício Master (2002) e Peões (2004), do documentarista Eduardo Coutinho (1933-2014). E, imersa nas leituras de Bispo (2023), Krenak (2022), Ribeiro (2019) e Bento (2022), em suas obras: 'A terra dá, a terra quer', 'Futuro ancestral', 'Lugar de fala' e 'Pacto da branquitude', respectivamente. Inicialmente, a ideia era filmar entrevistas com duas lideranças locais da ocupação Rosa Leão e da ocupação Helena Greco. Entretanto, por questões pessoais das duas mulheres, não conseguimos encontrar um dia para as filmagens, apesar de pessoalmente, de maneira informal, ambas terem aceitado o convite. A partir dessa impossibilidade, a pesquisadora revisitou as fotos e anotações e percebeu duas questões: a presença dos empreendimentos comerciais como um registro de mudança da estrutura daquele local e a mudança do ambiente construído como um caminho documental. A intenção foi estar no campo, com a câmera e aberta às possibilidades do território. Após a análise das fotos e anotações, foi definido um percurso para filmagem (*Figura 3*), marcado pelo trajeto entre duas entradas e saídas de uso habitual da pesquisadora.



Figura 3. Percurso para filmagem curta-metragem

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025

No início do percurso, aparecem os registros documentais do ambiente: igreja, nomes de ruas, calçadas, motos, entre outros. Logo à frente, na entrada da ocupação, a pesquisadora elaborou uma primeira abordagem com um comerciante local. Houve um momento de apresentação mútua, a pesquisadora contou sobre a intenção de uma conversa rápida e do registro do comércio como um reflexo da história da ocupação. Após o consentimento e

desejo de participação, o barbeiro realizou a limpeza das bancadas, varreu o chão, mudou alguns itens de lugar e ajudou a pesquisadora a escolher o ângulo de filmagem.

Com a câmera ligada se deram três perguntas: quem você é? Como veio parar aqui? Qual a relação com a ocupação Rosa Leão? As perguntas surgiram da interação e breve conversa com o comerciante, não foram idealizadas previamente, mas resultado do envolvimento pontual desse primeiro encontro. O barbeiro Marcos Vinícius contou que é um morador antigo da ocupação Rosa Leão e que no início cortava cabelos debaixo de uma árvore. Após alguns anos, montou uma loja com sócios que não deu muito certo e o levou a abrir um espaço só seu que tem dado certo e é reconhecido na localidade.

O resultado foi um vídeo curto, de menos de 3 minutos, com o barbeiro Marcos Vinícius (Figura 4). Depois do encerramento, foi feito um combinado de mostrar o resultado da participação que seria enviado por *whatsapp*. Foram feitas também algumas fotos com a câmera profissional como um tipo de contrapartida da participação.



Figura 4. Barbearia, Marcos Vinícius

Fonte: acervo próprio, 2024

A partir da primeira experiência, a pesquisadora idealizou tentar esse mesmo modelo e sequência de perguntas nas próximas abordagens, e incluir alguns registros fotográficos além dos registros em vídeo, para enviar para os participantes. Ao lado da barbearia, havia uma lanchonete, ao abordar a mulher que estava no local, descobri ser a proprietária, a mulher conversou e relatou a história e planos para seu comércio, entretanto ao fazer a proposta de conceder uma entrevista em vídeo recuou e disse não se sentir à vontade em frente à uma câmera. A pesquisadora agradeceu e se despediu.

Ao seguir o percurso planejado, logo após a primeira entrevista, encontrou o *Seu João Batista*, sentado à frente de sua mercearia (Figura 5). Rapidamente o comerciante aceitou conceder a entrevista e convidou para que a pesquisadora se sentasse à mesa, junto dele.

Ao iniciar a gravação, João contou sobre ter se mudado da cidade de São Paulo, São Paulo, para cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, em busca de melhores condições de vida. Sua irmã já vivia na ocupação Rosa Leão e foi ali que teve acesso a um espaço próprio. Relatou que o programa social Bolsa Família² foi o responsável por conseguir unir sua subsistência, acesso à moradia e iniciar seu negócio, uma mercearia. O resultado foi um vídeo curto, de pouco mais de 4 minutos.



Figura 5. Mercearia, Seu João

Fonte: acervo próprio, 2024

Após o encerramento da entrevista, foram feitas duas fotografias do senhor João em seu comércio e, também, a troca de números de telefone. Ao se despedir e seguir o caminho, a pesquisadora ainda pode ouvir que “estava dando uma entrevista para a amiguinha”, dito por João a outro senhor. Ao longo do caminho, houve mais duas abordagens, em uma marcenaria e um restaurante, ambos os responsáveis não aceitaram participar. Já no fim do percurso definido e desanimada com as negativas, a pesquisadora passou por um bar e viu seu dono, já conhecido da pesquisadora.

O senhor Zé (Figura 6) estava deitado em um sofá, com um isqueiro e um pirulito na mão. Aceitou conceder a entrevista, mas antes que a primeira pergunta fosse feita, elaborou uma série de reflexões e contou várias histórias sobre sua vida, religiosidade, fé, violência e cotidiano. A conversa foi, em grande parte, conduzida pelo entrevistado e as perguntas da pesquisadora foram respostas ao que estava sendo dito. A conversa durou mais de trinta minutos e no fim a câmera ficou sem bateria o que deu, em partes, o encerramento da entrevista, que seguiu como uma conversa depois do registro.



Figura 6. Bar, Seu Zé

Fonte: acervo próprio, 2024

Desafios e reflexões

Das seis pessoas abordadas, cinco eram homens e uma era mulher, desses apenas três homens aceitaram conceder a entrevista. As filmagens foram feitas em uma barbearia, uma mercearia e um bar, como detalhados acima.

Alguns desafios aconteceram durante a elaboração dos registros. A abertura às questões do território são, na teoria, uma forma sensível, desejável e respeitosa de se fazer pesquisa. Mas muitos desses textos não registram a ansiedade individual dos pesquisadores, o medo de não se atingir um objetivo acadêmico e o constante confronto da realidade - que acontece diante dos olhos - com as necessárias reações e conexão com as teorias que guiam a presença no território. Neste caso específico, além dessas inquietações, a partir do recorte espontâneo de visita aos comércios locais, os homens - e não as mulheres - se tornaram protagonistas do material produzido, colocando em discussão a amostragem de pesquisa selecionada anteriormente (as mulheres lideranças locais).

Com cerca de quarenta minutos de filmagens em mãos, a pesquisadora precisou construir uma narrativa a partir das entrevistas feitas com três pessoas: Marcos Vinícius, Seu João e Seu Zé. A partir do que Bispo (2023) e Acosta (2016) apresentam como modos de vida, a pesquisadora (e designer) buscou construir uma história de confluências (Bispo, 2023) baseada nas histórias de vida dos participantes. É possível destacar três temas das falas do pequeno documentário: (1) todos ascenderam socialmente em relação ao passado deles mesmos; (2) a moradia pela ocupação foi um facilitador na história de vida; e (3) há uma forte conexão com o território.

Após a apresentação do material produzido para os participantes e a exibição em sala de aula e sugestão dos próprios participantes, a pesquisadora optou - a partir dos *feedbacks* - em deixar o material produzido disponível na plataforma YouTube. Alguns apontamentos feitos por outras pessoas que assistiram o material auxiliaram na reflexão sobre o que foi produzido, como pensar o gênero para além da dicotomia homem e mulher e a partir do

registro desses homens, é possível se perguntar onde estão as pessoas que não estão na tela, dessa forma é um registro também sobre as mulheres.

Um dos destaques do minidocumentário, no olhar dos designers que assistiram, é uma estrutura criada pelo Seu Zé para vigiar o bar enquanto está deitado na cama dele, do outro lado da parede. Durante a filmagem, ele aponta para um buraco que fez em uma das paredes do bar, que divide com seu “barracão” ao lado (*Figura 7*). Logo em frente, encostada na parede, vemos uma cadeira quebrada que possui o “ângulo ideal” de encaixe com o buraco para que a visão não seja bloqueada. Esse artifício é explicado como uma forma de ficar deitado dentro de casa, ao mesmo tempo que mantém o bar aberto. O caso mostrado pode ser lido em paralelo com o conceito de design vernacular, àquele que é baseado em saberes populares e geralmente feito estética e praticamente de maneira espontânea, simples, direta e improvisada (Heath, 2009).



Figura 7. Captura de tela “estratégia de vigia”, Seu Zé

Fonte: Youtube, 2025

Ibarra (2025) questiona a definição de design vernacular como mera oposição ao design formal, alertando para o risco de “olhar como designer” para produções locais e contextuais. Essa perspectiva dialoga com a intervenção feita pelo Senhor Zé em seu bar: uma solução criada por um “não-designer” que ignora o rigor acadêmico e tecnicista para cumprir sua função prática: integrar o descanso doméstico à vigilância do estabelecimento através da parede.

Resultado e devolutiva

O curta-metragem “O que não posso deixar pra trás” tem sete minutos e trinta segundos, e pode ser assistido no YouTube, por meio do link: <https://youtu.be/6aPe-X-8VAg>. Compreende-se que o material produzido é, para a pesquisa em design, um produto em si e o registro de memórias. Como parte do percurso metodológico é essencial que os participantes compreendam sua participação na pesquisa, dessa forma foram disponibilizados o link do vídeo e foram feitos quadros com as fotografias de cada um que participou, como uma materialização do filme. Os quadros foram levados para cada um dos participantes como uma forma de agradecimento (*Figura 8*).



Figura 8. Devolutiva da participação do curta-metragem

Fonte: acervo próprio, 2024

Considerações finais

O objetivo de apresentar uma pesquisa em design social pautada em diferentes formas de fazer foi proposto por meio da produção do curta-metragem “O que não posso deixar pra trás”, uma peça exploratória que, em retrospecto, revelou-se um registro da de diferentes modos de vida na Ocupação Rosa Leão, Belo Horizonte, Brasil. A partir das narrativas de Marcos Vinícius, Seu João e Seu Zé, ficou evidente o papel do território como facilitador de ascensão social e a conexão afetiva e prática que estabeleceram com o lugar.

O produto audiovisual reforça como a moradia conquistada é a base para a reconfiguração de suas trajetórias pessoais. Além disso, a proposta motivada e baseada por preceitos do designantropologia permitiu que ficasse registrado em vídeo parte das correspondências que acontecem no campo. O relato da prática que aparece neste artigo, buscou evidenciar não apenas o percurso de pesquisa, mas as emoções, trocas, desafios e complexidades de pesquisar pessoas sendo humana, no sentido literal e figurado.

O design social e decolonial, tal como proposto neste artigo, exige um fluxo permeado pela reflexão crítica e pela autocrítica inerente ao processo. Os desafios enfrentados pela pesquisadora - desde a ansiedade individual até o confronto entre a teoria acadêmica e a realidade do campo - não são desvios, mas elementos intrínsecos de um estudo que se propõe a atuar às margens da lógica colonial. A mudança espontânea no foco da pesquisa, que migrou de lideranças mulheres para homens comerciantes, convidou a uma reflexão crítica sobre a amostragem, gênero e invisibilidade, levantando a questão: onde estão as pessoas que não estão na tela? Essa crítica metodológica é complementada por achados como a engenhosa solução de vigilância de Seu Zé, que pode ser lida como exemplo de design vernacular. Essa sabedoria popular e espontânea valida a busca por saberes que partem do território, e não da academia, incorporando a práxis de pesquisadores-comunidades. Por fim, acredita-se que a principal contribuição deste trabalho é a demonstração de um percurso metodológico no design que permite a flexibilidade do “começo, meio e fim”, abraçando a complexidade e a imprevisibilidade do processo de pesquisa-ação. Ao adotar o tempo em espiral e a lente decolonial, esta investigação sinaliza que os modos de vida e as inovações locais são fontes inesgotáveis e legítimas de saber para o design. No entanto, o processo não se encerra com estas considerações, ele aponta para o próximo ciclo da espiral. A reflexão sobre a ausência das mulheres na tela, torna-se a próxima questão norteadora. Assim, o caminho da pesquisa seguirá nas histórias que não foram protagonistas do curta-metragem, mas serão o centro de novos “começos”.

Notas

1. A Lei Áurea, assinada em 13 de maio de 1888, é frequentemente vista como o marco oficial do fim da escravidão no Brasil. Contudo, é válido ressaltar que de uma perspectiva crítica revela que a abolição foi um processo complexo, gradual e, em muitos aspectos, inacabado.
2. O Bolsa Família é um programa de transferência de renda do governo federal brasileiro que visa combater a pobreza e a extrema pobreza. É considerado uma das maiores iniciativas do tipo no mundo e tem como objetivo garantir que famílias em situação de vulnerabilidade tenham acesso a direitos básicos, como saúde e educação.

Referências

- Anastassakis, Z., & Noronha, R. (2018). Correspondências entre design e Antropologia. *Arcos Design*, 11(2), 1–6.
- Augé, M. (2012). *Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade* (9ª ed.). Papirus Editora.
- Barrios, S. (2014). Dinâmica social e espaço. *Boletim Campineiro de Geografia*, 4(2), 351–368.
- Barros, J. D'Assunção. (2017). *História, espaço, geografia: Diálogos interdisciplinares*. Editora Vozes.
- Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. Companhia das Letras.
- Bispo, A. dos S. (2023). *A terra dá, a terra quer*. Ubu Editora / PISEAGRAMA.
- Bourdieu, P. (2013). Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. *Estudos Avançados*, 27, 133–144.
- Carlos, A. F. A. (2020). Henri Lefebvre: O espaço, a cidade e o “direito à cidade”. *Revista Direito e Práxis*, 11, 349–369.
- Cavalcante, S., & Elias, T. F. (2011). Apropriação. In S. Cavalcante & G. A. Elali (Orgs.), *Temas básicos em psicologia ambiental* (pp. 63–70). Vozes; Alínea.
- Cavalcante, S., & Nóbrega, L. M. A. (2011). Espaço e lugar. In S. Cavalcante & G. A. Elali (Orgs.), *Temas básicos em psicologia ambiental* (pp. 182–191). Vozes.
- Cordova, M. J. W. (2001). Globalização e identidade cultural: Um contraponto à produção do não-lugar. *Olhar de Professor*, 4(1).
- Corrêa, L. G. (2013). “Mães cuidam, pais brincam”: Metodologia, bastidores e resultados de uma pesquisa sobre publicidade e gênero. *Contracampo: Brazilian Journal of Communication*, 28(3).
- Cristóvam, J. S. S., Saikali, L. B., & Sousa, T. P. (2020). Governo digital na implementação de serviços públicos para a concretização de direitos sociais no Brasil. *Sequência (Florianópolis)*, 45, 209–242.
- Diesel, U. B., & Damião, W. R. (2013). A despersonalização do lar: O não-lugar como objeto de consumo da pós-modernidade. *Universitas: Arquitetura e Comunicação Social*, 10(2).
- Farias, L. G. D., Dantas, L. B., & Noronha, R. (2020). Materiais, saberes artesanais e práticas pluriversais na construção de uma materioteca virtual. In *Colóquio Internacional de Design, Anais* [Online].
- Ferreira, J., & Felício, E. (2021). *Por terra e território: Caminhos da revolução dos povos no Brasil*. Teia dos Povos.
- Flesler, G., Durán, V., & Gugliottella, G. (2018). Inclusão da perspectiva de gênero no campo projetual. *Ciência, Técnica e Mainstreaming Social*, (2), 43–51.
- Flesler, G. (2021). *¿Qué tiene que ver el género con el diseño?: Recorridos de un campo en construcción* (Tese de doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo).
- Frossard, G. C., & Pessoa, S. S. M. V. (2018). Design de ambientes e as metrópoles: Uma leitura do contexto contemporâneo. *Cobogó – Colóquio Internacional de Design*, 4(3), 805.
- Frossard, G. C., & Rezende, E. J. C. (2025). Fomos descobertos / We Have Been Discovered. *Revista Arcos Design*, 18, 144–165.

- Frossard, G. C. (2024, novembro 6). *Mini filme: O que não posso deixar pra trás* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=6aPe-X-8VAg>
- Fry, T. (2017). Design for/by “The global south”. *Design Philosophy Papers*, 15(1), 3–37.
- Harvey, D. (2014). *Cidades rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana*. Editora UOL.
- Hooks, b. (2017). De mãos dadas com a minha irmã: Solidariedade feminista. In b. hooks, *Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade* (M. B. Cipolla, Trad., 2ª ed., pp. 127–149). Editora Martins Fontes.
- Ibarra, María Cristina. [Por que problematizar a expressão “design vernacular”?...]. [Instagram]. Instagram, 29 set. 2025. Disponível em: https://www.instagram.com/cris_ibarrah. Acesso em: 13 out. 2025.
- Ingold, T. (2016). Basta de etnografia! La educación y la atención es el propósito de la antropología. *Educación*, 39(3), 404–411.
- Ingold, T., & Almeida, R. A. (2017). Antropologia versus etnografia. *Cadernos de Campo*, 26(1), 222–228.
- Jurgielewicz, P., & Portinari, D. B. (2024). A estética do não lugar: A paisagem urbana como imagem efêmera e a partilha do sensível. *Arcos Design*, 17(1), 43–59.
- Krenak, A. (2022). *Futuro ancestral*. Companhia das Letras.
- Latour, B. (2020). *Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno* (A. Telles, Trad.). Bazar do Tempo.
- Lefebvre, H. (2021). *A cidade do capital*. Lamparina.
- Morales, L. A. R. (2020). De las ciencias al humanismo en el diseño. In D. Bedolla Pereda & A. Caballero Quiroz (Orgs.), *Bauen: Hacia la construcción del diseño desde una visión social y humanista* (pp. 91–110). UAM, División de Ciencias de la Comunicación y Diseño.
- Neto, E. S., & Malanski, L. M. (2016). *Território, cultura e representação*. Intersaberes.
- Noronha, R. (2024). Entrevista: Interview. *MIX Sustentável*, 10(1), 217–222.
- Rémy, J., & Voyé, L. (1994). *A cidade: Rumo a uma nova definição?* Editorial Estampa.
- Ribeiro, D. (2019). *Pequeno manual antirracista*. Companhia das Letras.
- Rivera Cusicanqui, S. (2012). Ch'ixinakax utxiwa: A reflection on the practices and discourses of decolonization. *South Atlantic Quarterly*, 111(1), 95–109.
- Rolnik, R. (1988). *O que é cidade*. Brasiliense.
- Rovere, T., & Tirelli, C. (2021). Cidade e mulheres: Reflexões sobre lugar de moradia e segregação urbana. *Projectare: Revista de Arquitetura e Urbanismo*, 1(11).
- Santos, M. (1977). Sociedade e espaço: A formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*, (54), 81–100.
- Santos, M. (2005). *Da totalidade ao lugar*. Edusp.
- Vichy, P. de L. (2025). Design e futuros possíveis: Metodologia para cenários nas periferias cariocas. *Diálogo com a Economia Criativa*, 10(28), 61–76.
- Villaça, F. (2012). *Reflexões sobre as cidades brasileiras*. Studio Nobel.
- Virilio, P. (1993). *O espaço crítico* (P. R. Pires, Trad.). Editora 34.
- Wagner, B. A. (2022). *Crise sistêmica e o bem viver: Contributos para pensar o comum no século XXI* (Dissertação de mestrado, Universidade do Porto)

Abstract: This article presents the short film “O que não posso deixar pra trás” (“What I Cannot Leave Behind”), the result of the exploratory phase of a design-based action research project carried out in the Rosa Leão Occupation, in Belo Horizonte, Minas Gerais, Brazil. The research was conducted with the people of the territory, seeking knowledge that challenges colonial logic, and is grounded in a theoretical framework based on three axes: the conceptualization of space, place, and territory; an overview of Brazilian cities; and design anthropology. The analysis of the short film revealed the social mobility facilitated by housing in the occupation and the affective connection to the territory, in addition to identifying design solutions created by the residents. The process highlighted methodological challenges and reflections that inform both the thinking and the practice of design. The study contributes to the field by validating flexible methodologies and popular knowledge.

Keywords: design anthropology; territory; urban occupations; short film.

Resumo: Este artigo apresenta um curta-metragem intitulado “O que não posso deixar pra trás”, resultado da fase exploratória de uma pesquisa-ação em design realizada na Ocupação Rosa Leão, em Belo Horizonte/MG, Brasil. A pesquisa foi conduzida com as pessoas do território, buscando saberes que desafiam a lógica colonialista e está fundamentada por um referencial teórico pautado em três eixos: conceituação de espaço, lugar e território; um panorama das cidades brasileiras e designantropologia. A análise do curta-metragem revelou a ascensão social facilitada pela moradia na ocupação e a conexão afetiva com o território, além de identificar soluções projetuais criadas pelos moradores. O processo destacou desafios metodológicos e apontamentos de aprendizado para o pensar e o fazer design. O estudo contribui para a área ao validar metodologias flexíveis e saberes populares.

Palavras-chave: designantropologia; território; ocupações urbanas; curta-metragem.

[Las traducciones de los abstracts fueron supervisadas por el autor de cada artículo.]
